



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Arte, Cultura e Comunicação [ST]

UMA PROPAGANDA CHEIA DE GRAÇA: AS CASAS ECONÓMICAS DO ESTADO NOVO

FARINHA, Isabel

Doutorada em Sociologia, especialidade em Sociologia da Comunicação, Cultura e Educação,
IADE Creative University/UNIDCOM, isabel.farinha@universidadeeuropeia.pt

PINTO, Fernando

Licenciado em Sociologia, fribeiopinto@gmail.com

TORRES, Cristina

Licenciada em Sociologia, cristina.m.g.torres@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa uma das vias que a propaganda do Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação do Estado Novo adoptou: a política de edificação dos bairros sociais inspirados no modelo da casa portuguesa, enquanto um dos signos mais expressivos do discurso oficial dos anos 30/50 do séc. XX. A pergunta central incide, por um lado, na propaganda de natureza abertamente integradora do programa das casas económicas, e de como esta expressa e materializa os valores identitários dominantes da tradição, autoridade e ordem, representados designadamente, no cartaz “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional”; e por outro, do modo como territorialmente projeta uma dada segregação sócio-espacial. A metodologia utilizada centrou-se na análise documental de textos, plantas e imagens da época, e na análise de conteúdo de publicações do SPN/SNI, e de dois órgãos de imprensa, os jornais Diário da Manhã e República. Como contributo, concluímos que a propaganda integradora de auto-elogio desta proposta urbanística ilustra, por um lado, a materialização dos valores da tradição, sobretudo os que se prendem com a família e o lar, e o filial acatamento da autoridade do Estado. E, por outro, afirmou-se significativamente, como um suporte de produção e reprodução da graça do paternalismo estatal, e da demonstração da função educativa do sistema ao acentuar as políticas de proteção e segregação das classes trabalhadoras nas suas aldeias de bem-estar urbanas.

Abstract

This paper intends to analyze the economic houses program implemented by the ‘New State’ (Estado Novo) in the city of Lisbon (1933/1950) under the conceptual framework of the regime marked with strong ideological bias. During the dictatorship this social housing program was presented as a solution to the needs of popular classes, workers and civil servants. This political propaganda was based upon António Ferro’s ideological views and SPN/SNI’s influence to build a unifying national identity based on romantic and ruralistic ideals. The program attempted to transform supporters of the regime into landscape gardeners at the end of the payment period. The symbolic architecture of the ‘Portuguese House’ inspired by Raul Lino’s work was endorsed by Salazar, assisted by Duarte Pacheco and by Ferro. They embodied the regime’s ideology of progress and national growth.

However, some critical voices soon realized that the poorest could not afford single-family homes with one or two floors, yard and garden, too far away from the city centre.

The evidence in this paper is supported by a thorough evaluation (for almost thirty years) of books, normative documents, legislation, photographs and other publications, in order to understand ideology as a system of cultural values, such as tradition (family), authority/order, and paternalistic values concerning the economic houses program.

Palavras-chave: Casas Económicas; Estado Novo; Propaganda; Iconografia

Keywords: Economic Houses, New State (Estado Novo); Political Propaganda; Iconography

COM0546

Introdução

Esta comunicação¹ parte do aforismo - “politicamente só existe o que o público sabe que existe”- proferido por Oliveira Salazar (1889-1970) aquando do discurso inaugural do SPN, Secretariado da Propaganda Nacional a 26 de outubro de 1933 (Salazar, 1945), e que inequivocamente nos remete para a política salazarista de informação. Política assente nos pilares da propaganda e da censura, e orientada no sentido da contenção das massas e do evitar a desinformação ou desconhecimento político que possibilitassem a sua subversão, propagandeando-se com esse intuito, o regime e os seus feitos, em virtude da aparência valer pelo real, ou antes, a aparência ser a realidade política (Braga da Cruz, 1978).

É então em ordem a uma sociedade consensualista, que o Estado Novo que chegara ao poder sem uma forte oposição, pois ao invés do nazismo ou do fascismo italiano, não sentiu uma aguerrida agitação social por parte da pequena burguesia urbana e rural, mas antes se serviu do alheamento e da despolitização a que Primeira Republica num *laissez fairez* conduzira o país que, e logo após o golpe militar de 28 de maio de 1926, submete todos os órgãos de informação à fiscalização de uma comissão de censura e lança as bases do SPN. Subsequentemente, os serviços de inculcação ideológicos viriam a ser legalmente integrados no SNI, Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular (1944), que agregaria ainda os serviços de Turismo.

Acreditando que o discurso auto-legitimador do regime se manifesta no campo do concreto ao transformar as aparências de factos em realidades de feitos, assumimos por objecto de estudo, a política de informação em torno da edificação dos bairros sociais - o programa de casas económicas dos anos 30 a 50 do séc. passado. Política habitacional, que coincide com o nascimento e a consolidação do Estado Novo e que se tornou ainda num marco estético da arquitectura privada, com os bairros sociais de casas unifamiliares a espelharem as ideias de regionalismo e de nacionalismo da “casa portuguesa” de Raul Lino. Escolha aliciante, dado este discurso propagandístico constituir quer, um sólido tema de campanha, além da recuperação financeira, da política de alfabetização, etc., quer, uma importante via de transmissão dos valores dominantes do salazarismo, tal como soberbamente ilustrado na assinatura de um dos cartazes de “A Lição de Salazar” (1938) - "Deus, Pátria, Família: a trilogia da Educação Nacional".

Logo, e de modo a desmontar as linhas de intencionalidade inerentes ao discurso propagandístico, um conjunto de questões ganharam forma: Que modo de ‘fazer cidade’ se ambiciona? Que imaginário constrói? Que história evoca? Que tipo de sociedade recria? Que actores sociais envolve? Que relações sociais promove? Que formas de identidade adopta? Que lógicas de reprodução promulga?

E daí a nossa pergunta central que, ao cruzar duas linhas explicativas do objecto, visa conhecer a relação entre a propaganda de natureza abertamente integradora do programa de casas económicas do Estado Novo, que projeta e materializa na família os valores identitários dominantes da tradição, autoridade e ordem do regime salazarista, e o modo como a instrumentalização deste programa social arquitectónico projecta territorialmente a segregação das classes trabalhadoras.

Consequentemente, dado o nosso quadro técnico-metodológico ter como propósito: no primeiro dos vectores explicativos, estudar os elementos cruciais da propaganda de integração ocorrida fundamentalmente entre os anos 30 a 60 do séc. XX, foram seleccionadas as categorias - valores da tradição e autoridade/ordem; e, no segundo vector explicativo, o da problemática da segregação urbano-social, tomámos por matéria-prima a época compreendida entre 1936 e 1964, sobre a política salazarista do programa das casas económicas, e assumimos por categoria o paternalismo estatal. Assim, e de modo a conseguir desmontar o discurso informativo e proceder à categorização metódica dos seus conteúdos, operacionalizou-se quer, uma análise documental a textos, plantas e imagens da época, quer uma análise de conteúdo, às publicações do SPN/SNI, como, à de dois órgãos de imprensa apontados como tendo posicionamentos editoriais distintos, o jornal *Diário da Manhã* e o jornal *República*.

1. A propaganda de integração ao serviço de uma sociedade da ordem

O país assistia na época a uma realidade económica e social em processo de transformação, embora, o discurso ideológico oficial esconjurasse o urbanismo e o industrialismo, assumindo forçosamente uma natureza tradicionalista, católica e ruralista. Valores fundamentais consagrados pelo regime em 19 de Março de 1933 com a publicação da Constituição Política do Estado Novo. A ordem social decorria, nesta linha doutrinária da ordem divina, e ganhava corpo a partir dos princípios de subordinação natural, pelo que a hierarquia, a disciplina, a obediência e a autoridade não necessitavam de justificação. A autoridade, base de uma sociedade que se quer ordenada, levará o Estado Corporativo a apresentar-se como intérprete dos ideais e valores de modo a, pela mão do seu chefe, fazer ressurgir a pátria dos escombros, glorificando o passado mítico.

Dos valores da tradição destaca-se a sobremaneira a família, instituição base de uma sociedade conservadora a partir da qual todas as outras ganham sentido, até à grande família – a Nação, tal como consagrava o artigo 11º no Diário do Governo de 22 de Fevereiro de 1933 (I.ª série, n.º 43):

“O Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento do povo português, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social e como fundamento da ordem política e administrativa, pela sua agregação na freguesia e no município”

A partir daqui, ganha destaque a trilogia "Deus, Pátria, Família", chave dos valores que servem de suporte ideológico ao salazarismo em torno dos quais gravita uma acção política consensualista e integradora. Ela servirá de mote à acção de propaganda e de garante da ordem. A sua defesa é exaltada num dos mais conhecidos discursos do Presidente do Conselho, proferido em Braga em 1936, por ocasião da comemoração do 28 de Maio:

"Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século, procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a Virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever" (Salazar, 1945, p.130).

É de notar que, a propaganda de integração aposta no controlo da forma, no conteúdo dos meios, no desacreditar de qualquer propaganda exterior e no exercício de uma forte vigilância sobre as mudanças internas (Namer, 1978):

"Que os estrangeiros façam a sua propaganda; estão no seu papel e, desde que não se excedam, nada teremos a censurar-lhes. Mas nós, portugueses, só uma propaganda devemos conhecer e servir: a nossa! (...) só ela é "fervorosa" e exalta os valores da Nação; só ela informa correctamente sobre a acção governativa que vela pelos interesses de todos (jornal *Diário da Manhã*, 29 de Março de 1942, p.1).

Foi com efeito, em prol de imperativos de auto-legitimação da acção governativa que o Estado Novo criou por decreto a 25 de Setembro de 1933, o SPN. Sob a lógica de “o que parece é” e incumbido da direcção da propaganda nacional interna e externa, teve desde a primeira hora como director, o jornalista António Ferro (1895-1956), figura indissociável da ascensão política de Oliveira Salazar. Ferro, o mentor da Política do Espírito “cria e cria politicamente” (Portela, 1987:32) uma vez que, e segundo o aforismo propagandístico de Salazar “politicamente só existe o que o público sabe que existe”.

Atente-se assim, e a propósito das categorias - valores da tradição e autoridade/ordem - do nosso primeiro vector explicativo, como é explícita a importância para o regime salazarista do papel da propaganda de integração enquanto discurso fundamental na produção do real desejado (vide Quadro 1 seguinte).

Total	182 (100%) Itens
Valores da Tradição	52%
Autoridade/ Ordem	27.3%
"Bode Expiatório"	9.6%
Realizações do Estado	21.9%
Novo	

Quadro 1 – A função da propaganda de integração no regime salazarista (1930/1960): análise de conteúdo do jornal *Diário da Manhã*, jornal *República* e das publicações do SPN/SNI (fonte própria)

O reforço de um discurso homogeneizante-consensualista pressupõe implicitamente, a criação de um meio-ambiente novo, necessariamente unidimensional, pelo recurso ao controlo da informação e dos meios de difusão, focado na repressão das fontes não oficiais, na submissão e unificação dos meios de comunicação e na unidade de significação das informações (Muchielli, 1978). Em complemento deste controlo, encontra-se uma encenação permanente, pelo multiplicar de slogans, bandeiras, ícones visuais, vestuário, grupos de filiação, desfiles, festas, cantos e ritos, a par do recurso à construção de um ‘bode expiatório’, o maior dos quais, arcado pela I República simbolizando uma sociedade liberal e desordenada.

Inequivocamente, a propaganda não é algo de abstracto, antes exige a clara definição dos objectivos a atingir por determinados meios, tal como ilustrado pelos dois cartazes seguintes, da série “A Lição de Salazar” que fazem parte de uma serie de sete cartazes editados pelo SPN em 1938, que homenageavam e glorificavam a governação de 10 anos do Estado Novo e que, à sombra da função educativa, foram distribuídos por todas as escolas primárias do país. Ao atentarmos na Imagem 1, a Lição nº3, somos clara e comparativamente confrontados com o desenvolvimento do país, e uma louvável pacificação e harmonia por parte de distintas gerações. Nesta pode ler-se: "Do abandono dos serviços públicos, e das ruínas, sinais de desordem e de miséria, o Estado Novo ao mesmo tempo que edifica, faz renascer o património artístico e histórico da nação!"

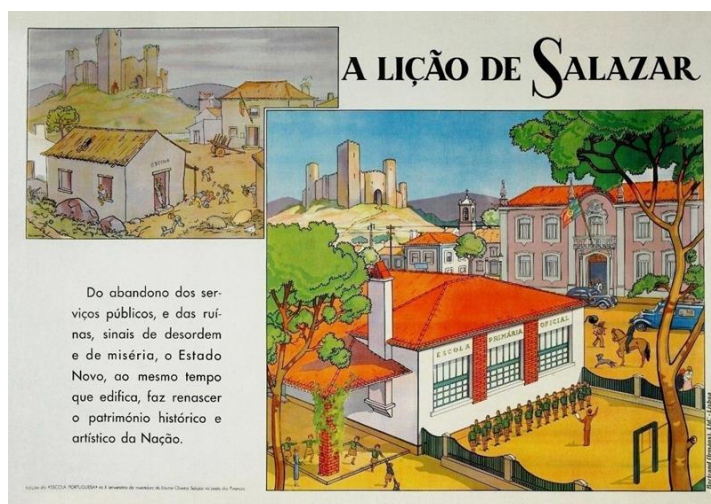


Imagem 1 – Cartaz de propaganda do Estado Novo, “Lições de Salazar” (SPN, 1938)

Já ao observarmos a Imagem 2 que expõe o cartaz da Lição nº7 com a assinatura de “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional” deparamo-nos com uma notável sinopse dos valores da tradição do regime: um lar simbólica e orgulhosamente habitado, por uma família alegremente remediada, rústica,

religiosa e patriarcal. Trata-se naturalmente, de uma casa rural, ao centro da qual marca presença um crucifixo, devidamente ornamentado na cómoda coberta por um *naperon*, e uma janela aberta por entre a qual se avista um castelo, onde a bandeira nacional assinala o valor patriótico do local. Sob o tecto dessa humilde casa temos quatro protagonistas: um pai, de regresso do trabalho no campo; uma mãe, ultimando a refeição; um rapaz com a farda da mocidade portuguesa e uma menina que, para alegremente receberem o pai, põem de lado os seus passatempos, ele, um livro, e ela, os seus “brinquedos de menina, as bonecas e os pratinhos. Todos se preparam para ocupar o seu lugar à mesa onde, como em qualquer outra “casa portuguesa, com certeza!” “Basta pouco, pouquinho p'ra alegrar, uma existência singela...É só amor, pão e vinho e um caldo verde, verdinho a fumegar na tigela”, tal como imortalizado pelo fado de Amália Rodrigues (1920-1999) de 1962.

Concomitantemente, a forma eleita de habitar proclamado pelo discurso oficial alicerça-se na moradia unifamiliar de carácter nacionalista e populista ancorado à obra da *Casa Portuguesa* de Raul Lino (1879-1974) (Imagem 3), tornada em instrumento pastoral e referência de um movimento cultural, reflexo da procura de uma identidade genuinamente portuguesa:

“(…) para nós portugueses, a casa que mais agrada e satisfaz, é a casa de constituição e fisionomia portuguesa, o lar simpático, confortável e acolhedor, que nos fala a nossa língua, que está de acordo com o nosso modo de ser, e que se harmoniza com as nossas predilecções ráticas e com o nosso sentimento de independência intelectual” (Tavares, 1946, pp. 24-25).



Imagem 2 – Cartaz de propaganda do Estado Novo, “Lições de Salazar” (SPN, 1938)

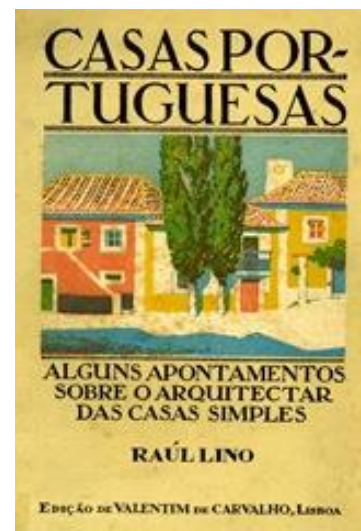


Imagem 3 – Obra de Raul Lino sob o universo identitário e cultural da casa portuguesa (Lino, 1933)

2. A encenação da capital do Império e o programa das casas económicas

Um dos mais significativos temas do discurso de auto-legitimação constituiu, sem dúvida, o recurso a uma forma cuidada de encenação do espaço urbano, mormente da cidade como capital do Império. Tal, ficou a dever-se, tanto, ao reconhecimento das enormes potencialidades da arquitectura, enquanto meio de expressão ideológica, dada a facilidade da sua manipulação enquanto desenho e o seu impacto em termos de dimensão, mobilidade e uso, bem como, à eficácia política do planeamento urbano, que, recorrendo à cidade enquanto

espaço diferenciado e hierarquizado, dela faz uso para sedimentar a lógica subjacente à ordem social que se pretende edificar (Pereira e Fernandes, 1982).

Nesta linha, e seguindo as pegadas da arquitectura do fascismo italiano e do nazismo criou o Estado Novo um corpo estético próprio, caracterizado por uma série de traços comuns bem definidos, facilmente identificáveis sobretudo ao nível dos volumes exteriores, do tratamento das fachadas e da produção dos espaços interiores de representação. Esta expressão arquitectónica ocorreu porém, em dois planos distintos embora complementares: um, o dos edifícios públicos, onde encontramos uma monumentalidade autoritária e retórica representativa do poder de um Estado paternalista; e outro, o da habitação, onde em contraste observamos, um tradicionalismo arcaico que recorre a uma abundante incorporação dos elementos da arquitectura regional, elevada à categoria de nacional (Pereira e Fernandes, 1982). Estamos assim, seguramente, perante um campo de confluência, em que a política de obras públicas constituiu a base material e a Política do Espírito, a base ideológica do regime.

Não obstante, a visão imperial de Lisboa só seria alcançável com uma intervenção capaz de pôr fim à anarquia dos interesses urbanos particulares que há muito dominavam a cidade. Facto que motivou o tracejar de dois vectores de intervenção urbanística: um, focado num conjunto de actuações ao nível da estrutura fundiária do concelho, desencadeadas por um processo de expropriação dos terrenos; e outro centrado numa intervenção político-urbanística de reordenamento do território do concelho, potenciado pelo 1º Plano Director de Lisboa que visava um controlo urbano sobre as próprias condições de crescimento e de organização da capital do Império (Ferreira, 1987). Daí que, a conjuntura urbanística em análise se divida em duas fases fundamentais: uma primeira (1938/1943), dominada pelo Presidencialismo Camarário de Duarte Pacheco, que concilia um audacioso autoritarismo político, no controlo fundiário do uso do solo, com uma singular modernidade urbanística, no controlo do crescimento e organização do espaço urbano por via do Plano Director; e, uma segunda fase, iniciada no ano da morte do Eng.º Duarte Pacheco (1943), onde apenas permanece o autoritarismo político, presente na transição da lógica do controlo do uso do solo, com a criação do "Fundo de Compra e Venda", ficando reduzido à letra morta o Plano Director de Lisboa (Ferreira, 1987).

É então, num contexto urbanístico marcado por uma forte intervenção institucional, com o município a assumir a mediação política privilegiada no processo de centralização da estrutura estatal, que se enquadra a política de edificação dos bairros de casas económicas. Este programa de habitação social constituiu uma peça chave do processo de segregação e de diferenciação urbana e social, em virtude do paternalismo estatal ao querer assegurar a sua função protectora, promover o enquadramento dos trabalhadores num lugar social próprio: num lar com a função de os modelar. Neste sentido, não os considerava aptos moral e economicamente para habitar em blocos multifamiliares nas avenidas centrais da cidade, mas antes, os mais indicados para ocupar as isoladas zonas de potencial contenção urbana:

“ (...) no dia em que cada homem tiver assegurada a sua casa, a sua horta ou o seu jardim, a certeza do tecto para si e para os seus, acabam-se as revoluções por esse mundo fora...” (jornal *República*, 6 de Julho de 1941).

Em síntese, estas micro-aldeias urbanas destinavam-se a migrantes rurais recentes, mal alojados na capital e destituídos de hábitos citadinos e incorporavam idilicamente uma função educativa que pairava sob o culto da *aurea mediocritas*, do que é pequeno e humilde, da pobreza honrada, simbolizando em exclusivo, o modelo de bem-estar a cumprir:

“ (...) novo agrupamento de casas salubres independentes e ajeitadas como ninhos (...) o destino que as transformará no lar da família, lar modesto, recolhido, português” (jornal *Diário da Manhã*, 24 de Janeiro de 1944).

Não obstante, o modelo de *habitat* de casa unifamiliar e a necessidade de se tomar em consideração as condições de habitabilidade das classes menos favorecidas, já vinha sendo concebido antes da institucionalização do Estado

Novo. Com efeito, o agravamento da instabilidade social, em finais do século XIX, avivou entre a burguesia portuguesa o problema da habitação. O processo que induziu a esta consciencialização seria a questão da salubridade das cidades, devido à crescente migração rural, tendo especificamente Lisboa, registado um aumento de cerca de 350.000 pessoas entre 1911 e 1950 (Amaral, 1969). Camponeses, que se deparavam nas cidades com condições de alojamento de tal modo deficitárias que se tornavam em focos de epidemias várias.

O advento da I República viria ainda a colidir com os interesses especuladores da burguesia fundiária urbana, limitando o exercício do poder de propriedade pelo congelamento das rendas. Foi no entanto, durante a ditadura de Sidónio Pais (1918-1919) que se assistiu à promulgação do DL 4137 de 25 de Abril de 1918, o qual propunha promover a construção de “casas destinadas ao alojamento de classes menos abastadas” (Gonçalves, 1978, p.30). Daqui viria a resultar a construção dos primeiros bairros sociais, o Bairro do Arco do Cego e o Bairro da Ajuda, por iniciativa do Estado e por intermédio do Ministério do Trabalho, e planeados segundo uma ideologia que propunha equipamentos colectivos de recreio e cultura. Contudo, a inauguração solene destes bairros, só seria concretizada durante o Estado Novo, restituindo os privilégios dos proprietários imobiliários, atualizando as rendas e permitindo, dentro de certos parâmetros, a liberdade contratual dos alugueres. O abandono a que estes bairros foram sujeitos pela I República em 1922, não seria esquecido pela propaganda do regime salazarista, que amplamente se vangloriou das elevadas somas gastas ao longo de anos de construção, pelo regime republicano acusado de fraudulento, e que viria a impedir as casas de serem acessíveis a operários ou pessoas de fracos recursos (Gonçalves, 1978).

Posto isto, e face ao agravamento das condições de habitabilidade das famílias mais carenciadas, decide o Estado Novo, criar políticas de apoio à construção de habitações sociais cujo alojamento dependesse do pagamento de uma renda de baixo valor (1933-1945), tais como, o programas das casas económicas, de renda económica, de renda limitada, e das casas desmontáveis.

No tocante ao programa pioneiro, o das casas económicas, inspirado na concepção francesa e inglesa das cidades-jardins, o primeiro diploma (DL 23052, de 23 de Setembro de 1933) foi publicado aquando da institucionalização do Estado Novo, sendo a sua concepção da autoria dos ministros, Dr. Oliveira Salazar e Eng. Duarte Pacheco, e do Sub-Secretário das Corporações e Previdência Social, Dr. Pedro Teotónio Pereira. Segundo Duarte Pacheco:

“o velho problema da casa económica é, sob muitos dos seus múltiplos aspectos, essenciais ou de detalhe, uma solução nova, construção sob princípios da economia, da justiça social e da moral que dão à nossa casa económica características muito próprias, que hão-de fazer dela um aglutinante social forte, estável e duradoura” (cit.in SPN, 1943, p.15).



Imagem 4 - Casario alinhado sob o campanário da igreja na Alameda do bairro da Encarnação em Lisboa (Portugal, 1951)

Quanto à resolução do seu financiamento, passaria este programa idealmente por três fases distintas. Numa primeira, caberia ao próprio Estado ou em colaboração com os municípios tratar de todo o processo, desde a aquisição dos terrenos até à amortização das casas. Na segunda, já adquirido um certo grau de confiança, certas entidades particulares - instituições de previdência social, organismos corporativos e grandes empresas concessionárias de serviços públicos - podiam substituir a tarefa estatal no tocante ao financiamento e à distribuição e administração das casas. Na última fase, desejava-se a substituição total do Estado pelas entidades particulares, as quais confiantes nos resultados anteriormente obtidos velariam pela extensão e continuidade necessárias. Meta que não foi todavia, atingida, sendo as casas construídas quase exclusivamente com recursos do Estado até 1957, ano em que começaram a ser aplicados capitais das instituições de previdência social (Pereira, 1963). Consequentemente, a tão almejada estratégia fracassou, quer devido ao encadeamento sincopado das fases, quer pela recusa dos capitais privados mais orientados para a especulação imobiliária e para lucros fáceis resultantes da prática de elevadas rendas (jornal *República* de 24 de Fevereiro de 1948, p.85; e *República* de 11 de Maio de 1948, p.87) em substituir os públicos, facto que contribuiu para que as realizações ficassem aquém dos objectivos propagandeados.

Ora, o DL 23052 incentivava no seu art.º12, a construção de moradias unifamiliares com quintal, classificando a sua distribuição consoante o rendimento global da família. Onde, e perante o pagamento de uma renda resolúvel (art.º3), estas passavam a constituir parte integrante do património indissolúvel e inalienável da família, a transmitir às gerações vindouras. As distinções derivavam portanto, do pagamento de rendas diferenciadas, assim como a atribuição das casas (classe e tipo) dependia do agregado familiar e do seu nível de rendimentoⁱⁱ. Foram inicialmente estipuladas duas classes de moradias (A e B), cada uma subdividida em três tiposⁱⁱⁱ. Duas novas classes (C e D) surgem uma década mais tarde, com o objectivo de serem atribuídas a famílias de melhores rendimentos e que obteriam também imóveis maiores e de qualidade superior^{iv}. Mais, as casas seriam ainda unicamente atribuídas a chefes de família (art.º 2), funcionários públicos inscritos nos sindicatos nacionais, membro de organismos corporativos, de instituições de previdência social, de empresas ou entidades concessionárias de serviços públicos, e operários dos quadros permanentes dos serviços do Estado ou das câmaras municipais. A distribuição e repartição das mesmas^v, competia ao organismo corporativo a que o morador-adquirente pertencesse, podendo para o efeito ser tida em conta, a regularidade no emprego, o comportamento moral e profissional, a idade (21-40 anos), e o número e parentesco das pessoas do agregado familiar.

E de que bairros falamos? O Quadro 2 seguinte ilustra a sua localização em Lisboa

bairros de casas economicas em Lisboa	construção	nºcasas
Ajuda/ Boa-Hora	1918-1934	284
Arco do Cego	1919-1935	481
Bairro de Belem/Terras do Forno	1933-1938	204
Alto da Ajuda	1933-1940	282
Alto da Serafina/ Campolide	1933-1940	220
Alvito/ Alcântara	1936-1937	152
Madre de Deus/ Beato	1939-1942	472
Encarnação/ Olivais	1940-1945	1130
Calçada dos Mestres/ Campolide	1940-1943	272
Caselas	1949-1950	300
Total atribuido até 1950		3797

Quadro 2 – Bairros de casas económicas em Lisboa (Fonte própria: adaptado de Trindade, 1951, p.9)

Estamos evidentemente, com este tipo de medidas selectivas, perante uma forma de controlo social, que permite transformar em pequeno proprietário os adquirentes das casas económicas, e falamos de quase 3800 até 1950 (Trindade, 1951). Por tudo isto, afirmava Salazar:

"A família exige por si mesma duas outras instituições: a propriedade privada e a herança. Primeiro a propriedade - a propriedade dos bens que possa gozar e até a propriedade dos bens que possam render. (...) É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída, a família que se abriga sob tecto próprio. Eis porque não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum. Tudo isso serve para os encontros casuais da vida, para as populações já semi-nómadas da alta civilização actual; para o nosso feitio independente, e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família."

Do DL sobre Casas Económicas, 1933 (in «Coimbra Cidade/Coimbra Região») Dossier/Viagens do C.N.C./Julho 80).

Observe-se agora, os resultados da análise dos discursos, fundamentais à produção do real desejado, tendo por referencia o nosso segundo vector explicativo, o da problemática da segregação urbano-social assente na política salazarista do programa das casas económicas, e que categorizamos de paternalismo estatal (vide Quadro 3 seguinte).

Total	26 (100%) Itens
Estado Paternalista	19.2%
Segregação Social	
Lugar social dos trabalhadores	69.2%
Habitações colectivas	11.5%

Quadro 3 – A propaganda ao serviço do programa das casas económicas (1930/1960): análise de conteúdo do jornal *Diário da Manhã*, jornal *República* e das publicações do SPN/SNI (fonte própria)

Porém, e contrariamente ao que o Estado corporativo auto-proclamava revelaram os dados trabalhados por Marielle Gristine Gros (1982) - ao colocar em relação o salário auferido pelo agregado vs prestações mensais exigidas para os três tipos de casas consoante as quatro classes - que o regime acabou por não proporcionar o acesso das casas a quem a propaganda referia. De todo o modo, as críticas à aplicação da política das casas económicas, tendo em conta, o carácter limitado dos empreendimentos face às necessidades habitacionais emergentes da população, só surgiram após a II Grande Guerra. Foram, contudo, as criticas surgidas no 1º Congresso Nacional de Arquitectura, de Maio a Junho de 1948, as que maior impacto causaram. Aqui, foi posto o acento no desenvolvimento urbano e industrial por oposição a um processo de ruralização da cidade.

E decisivamente, o acelerar da concentração urbana, no contexto da modernização e organização do aparelho industrial, português, veio exigir uma solução de habitação social que permitisse, de facto, como fora preconizado naquele Congresso, uma maior mobilidade de mão-de-obra e uma maior concentração da mesma. Daí que, em meados dos anos 40/50, as casas económicas deixaram de ser a bandeira da política social do Estado Novo. O ideal da 'nossa casa', abandonou os cartazes e slogans da propaganda do regime, passando este a ter de admitir a utilização de modelos que até então rejeitara: em vez das pequenas aldeias espalhadas, pela periferia da cidade, o regime apostará em grandes bairros de habitação colectiva, situados em áreas de expansão imediata dos centros urbanos. Fecha-se, pois, uma página da propaganda salazarista,

em matéria de habitação, exactamente aquela que contribuiu para a consolidação do regime e preparação de uma formação social mais controlada (Gonçalves, 1978).



Imagem 5 – vista de um bairro de casas económicas na atualidade em Lisboa

Considerações Finais

Cronologicamente falando, ao fazer um estudo sobre uma realidade passada, prevalece a tentação de formular explicações definitivas sobre a mesma. Porém, acreditamos que uma pesquisa focada na produção do real não deveria ser entendida como uma abordagem acabada. Até porque, ao falarmos de produção do real estamos necessariamente a considerar os dois planos em que esta ocorre: primeiramente, a do carácter da fabricação intencional, i.e., da actuação orientada e determinada por certos agentes sociais; e, em segundo, o da sua repercussão ao nível da consciência dos indivíduos e das suas práticas quotidianas. Daí que informar implique, por um lado, reconstruir as matérias-primas a partir dos quadros de referência de valores e interesses da parte de quem transmite e do meio que utiliza e, por outro, implica uma recepção dos conteúdos operada em função dos quadros de referência e do contexto dos destinatários (Barreiros, 2012).

Logo, a actividade dos meios de comunicação participa seguramente da formação da noção do real, dos sistemas de valores e de conhecimento dos agentes sociais, na medida em que intervêm sistematicamente no seu património cognitivo, cultural e nas suas representações, o que nos leva a poder afirmar que, a produção da informação implica sempre manipulação, não porque produz respostas de uma forma doutrinaria e mecânica, mas porque exige procedimentos constitutivos que ao nível da recepção marcam os produtos informativos.

Posto isto, formulamos um conjunto de considerações fruto da interrogação sistemática e metódica a que sujeitamos o nosso objecto de estudo e que nos leva a poder afirmar que, a política das casas económicas não só expressou uma dada forma de materializar os valores dominantes do Estado Novo como, se afirmou ela própria, como uma peça muito significativa, da lógica de produção e reprodução do quadro ideológico salazarista. Na prática, constituiu essa peça reprodutora do sistema simultaneamente uma proposta urbanística, com modelos pré-definidos de ordenamento do território e tipologias arquitectónicas cuidadosamente padronizadas, e uma aposta com intencionalidades calculadas ao nível da reprodução do social dominante.

Para concretizar essa proposta urbanística, serviu-se o Estado Novo de uma propaganda integradora-consensualista, recorrendo para isso a valores da tradição, sobretudo aos que se prendem com a família, enquanto conceito-chave do tríptico ideário e à sua ligação íntima com o lar-conforto, justo para quem trabalha e garantia de contenção de massas e apaziguamento social para quem governava. Nessa linha, não faltaram também apelos à ordem, disciplina e filial acatamento da autoridade do Estado, auto-proclamado como intérprete e garante dos valores. Daí que, a política das casas económicas, apesar de apresentada como uma graça do paternalismo estatal, acabou por traduzir o destino que o regime atribuiu às classes trabalhadoras, ou seja, o da intencional segregação espacial e social.

A terminar, a prova de que a produção do real é mutável numa realidade que hoje é líquida na senda do aforismo de Bauman é-nos oferecida pela actual imagem urbana dos bairros de casas económicas. Na verdade, dado o caos urbanístico da malha urbana e suburbana de Lisboa, governada durante décadas sobre a hora, sem projecto nem ambição, constituem estes bairros, autênticas ilhas, tanto espaciais, face à falta de qualidade urbana de muitas das zonas que os envolvem, como sociais, já que são hoje habitados por uma população de classe média/alta, sendo considerados como um bairro privilegiado.

Desígnios dos tempos.

Referências

Amaral, Francisco Keil do (1969). *Lisboa: uma cidade em transformação*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Barreiros, José Jorge (2012). *Democracia, comunicação e media*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Bauman, Zygmunt (2007). *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, pp.7-10. Acedido em 30 de setembro, 2016 em <http://www.zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/t1132.pdf>

Cruz, Manuel Braga da (1978). Resistência e dissidência populares à informação salazarista, *Economia e Sociedade*, 30, setembro, 44-51.

Diário do Governo, I.ª série, n.º 43 de 22 de fevereiro de 1933, págs. 650-652. Acedido em 28 de setembro, 2016 em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1933/02/04301/02270236.pdf>

Diário da Republica, n.º 217/33, série I de 23 de setembro de 1933. DL n.º 23052. Acedido em 28 de setembro, 2016 em <http://www.legislacao.net/diario-primeira-serie/1933-09-23>

Ferreira, V. Matias (1987). *A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da metrópole*. Lisboa: D. Quixote.

Gonçalves, Fernando (1978). As mitologias da habitação social - o caso português, *Cidade-Campo*, 1, Fevereiro.

Gros, M. Gristine (1982). *O alojamento social sob o fascismo*. Porto: Afrontamento.

Jornal *Diário da Manhã*, 29 de Março de 1942.

Jornal *Diário da Manhã*, 24 de Janeiro de 1944.

Jornal *República*, 6 de Julho de 1941.

Jornal *República* de 24 de Fevereiro de 1948.

Jornal *República* de 11 de Maio de 1948.

Lino, Raul (1933). *Casas Portuguesas – Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*. Lisboa: Ed. Valentim de Carvalho,

- Moreira, M. Vicente (1950). *Problemas da Habitação*. Lisboa: Ensaios Sociais.
- Muchielli, Roger (1978). *A psicologia da publicidade e da propaganda*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, ed.
- Namer, Gerard (1978). “Propaganda”. In Jean Cazeneuve (Ed.), *Guia Alfabético das Comunicações de Massa* (pp.215-226). Lisboa: Ed.70.
- Pereira, N. Teotónio e Fernandes, J.M. (1982). “A arquitectura do fascismo em Portugal”. In *O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Portugal, Eduardo (1951). “Alameda da Encarnação em Lisboa”. In *Arquivo Foográfico da C.M.L.* Acedido em 28 de setembro, 2016 em <http://biclaranja.blogs.sapo.pt/2014/04/?page=2>
- Portela, Artur (1987). *Salazarismo e Artes Plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- Rodrigues, Amália (1962). Uma casa portuguesa. Acedido em 28 de setembro, 2016 em <http://teiaportuguesa.tripod.com/manual/unidade10localizacao/umacasaportuguesa.htm>
- Salazar, Oliveira (1945). *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra; Coimbra Editores, II.
- SNI (1948). *Catorze anos de Política do Espírito*. Lisboa: Edições SNI.
- SPN (1938). Cartaz 3, “A Lição de Salazar”. In Arquivo do álbum de publicações *Lições de Salazar*. Acedido em 11 de outubro, 2016 em <https://sites.google.com/site/filipacruzazevedo/licao3>
- SPN (1938). Cartaz 7, “A Lição de Salazar”. In Arquivo do álbum de publicações *Lições de Salazar*. Acedido em 11 de outubro, 2016 em <https://sites.google.com/site/filipacruzazevedo/licao7>
- SPN (1943). *Casas Económicas*. Lisboa: SPN.
- Tavares, Edmundo (1946). *A habitação portuguesa - casas modernas*.
- Trindade, Cachulo (1951). *Casas Económicas*. In *Legislação anotada*. Coimbra: Coimbra ed.

ⁱ Este *paper* resulta da investigação desenvolvida no âmbito do seminário em Sociologia Urbana na licenciatura em Sociologia no ISCTE: Farinha, Isabel; Pinto, Fernando; Torres, Cristina (1989). *Estratégias de Reprodução Ideológica no Portugal de Salazar – o caso concreto da Política das Casas Económicas*. Tese elaborada para a obtenção do grau de licenciatura em Sociologia no ISCTE-IUL.

ⁱⁱ Quanto à situação de pagamento ou amortização da dívida, as prestações têm como base não só a renda, paga com juros a 20 ou 25 anos, mas outras situações como seguros de vida, seguros contra o desemprego e doença, e seguro contra incêndios (art.º 49 do DL 23052; art.º 8 do DL 33278; e art.º 3 do DL 35602).

ⁱⁱⁱ As classes eram uma forma de diferenciar a qualidade do imóvel. Nas casas da classe A, cada andar equivale a uma residência, sendo as entradas independentes, enquanto na classe B cada família ocupa uma moradia que podem ser geminadas. Os três tipos diferenciavam-se pela constituição do agregado familiar (art.º12): Tipo I – Destinado a casais sem filhos, sendo por isso uma moradia pequena, com um quarto; Tipo II – Destinado a casais com poucos filhos de apenas um sexo; Tipo III – Destinado a casais com filhos dos dois sexos ou com filhos numerosos.

^{iv} As classes C e D são definidas no art.º 6 do DL 33278, de 24 de Novembro de 1943, compreendendo os mesmos três tipos que as classes A e B.

^v No Decreto nº33278, fixa-se a coexistência dos vários tipos de classes de moradias, e declara-se que as casas de renda inferior (A) sejam sempre em maior percentagem nos agrupamentos, estabelecendo-se taxativamente 40% para a classe A e 10% para a classe D.